REQUERIMENTO Nº 076/2013

Informações sobre ampliação da rede de alta tensão.

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve nos termos dos incisos II e III do artigo 155 do Regimento Interno desta Casa,

REQUER

a Vossa Excelência, que seja enviado ofício ao Sr. Jair Inácio Benke, Diretor da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) – Unidade Regional Toledo, e ao Exmo. Sr. Luís Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt, Prefeito do Município de Toledo, solicitando informações no que tange a estudos em andamento ou concluídos para ampliação da rede de alta tensão nas comunidades do Interior, neste Município.

Faz saber que a Lei Municipal nº 1793/97, com sua alterações posteriores, exige dos novos loteamentos, infraestrutura básica para sua devida aprovação, entre os benefícios requer: pavimentação, calçamento, rede de água e energia;

É fato que legislação influenciou, localmente, conjuntamente com as de outras esferas governamentais, a exigência de investimentos do loteador para proporcionar condições mínimas aos imóveis que abrigarão futuras residências; mas também desencadeou um certo engessamento no sistema da habitação e suas tramitações, interferindo principalmente naqueles imóveis loteados anteriores a lei mencionada, em especial para as linhas de financiamentos da Caixa Econômica Federal(CEF).

Diante deste quadro, pergunta-se, de quem é a responsabilidade em realizar os investimentos nas respectivas redes de alta tensão, para atender os imóveis no interior; que desejam edificar, mas são impossibilitados pela ausência do padrão de energia elétrica nos seus imóveis; cabendo isso a Prefeitura do Município de Toledo ou a Copel? Ademais, segundo depoimentos dos proprietários " *a Caixa não financia por que não tem energia, a Prefeitura não libera documentação por que não tem infraestrutura básica e a Copel não faz investimento de ampliação, por que não tem garantia de edificação, que impede investir sem necessidade*", deixando portanto, o proprietário numa encruzilhada desesperadora, por não conseguir seu financiamento, não ter a documentação exigida e não conseguir edificar o seu doce lar.

No aguardo de informações, reafirmamos que as esferas governamentais existem com a premissa de proporcionar ao cidadão uma melhor qualidade de vida, observando a legislação e executando ações, que promovam o desenvolvimento sustentável e progressista, mas sem nunca esquecer que é o próprio cidadão que paga por isso, e destes, solicita compreensão e entendimento quanto as suas demandas.

SALA DAS SESSÕES, 24 de abril de 2013

ROGÉRIO MASSING